

## GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL

Graça Druck\*

**RESUMO:** Este texto discute, na sua primeira parte, o processo de globalização em curso, priorizando sua dimensão sociopolítica; analisa as principais transformações que constituem a reestruturação produtiva e suas implicações sobre o trabalho e o emprego; e tece algumas considerações sobre os mais significativos resultados das práticas neoliberais, apontando os seus limites e impasses. Busca compreender como se processa a articulação entre a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, a partir da categoria crítica do “trabalho”.

Na segunda parte, enuncia os principais impactos desses processos sobre os sindicatos, apresentando a origem, o conteúdo e as principais tendências da crise do movimento sindical no âmbito mais geral e no Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** globalização; reestruturação produtiva; trabalho; emprego; sindicalismo; neo-liberalismo.

### NESTE FINAL DE SÉCULO: A DECRETAÇÃO DE MUITOS “FINS”

Vive-se um final de século em que se proliferam - nas mais diversas áreas de estudo das ciências sociais - análises conclusivas que decretam o **fim** de muitas das mais preciosas descobertas dos séculos passados. Assim se debate até mesmo sobre o “fim da história” e, mais recentemente, sobre “a morte da economia”; sobre o “fim da ciência”; sobre o “fim da sociologia”; sobre o “fim do trabalho”; sobre o “fim do emprego”; sobre o “fim das classes” ou “da classe operária” e finalmente sobre o “fim dos sindicatos”.

É como se o final do século XX impusesse aos cientistas sociais e pensadores afins reflexões acerca de uma era que se esgota, que chega ao

---

\* Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/UFBA.

seu final, levando consigo teorias, metodologias, epistemologias, conhecimentos que, diante de novas realidades históricas, são julgados como superados, ultrapassados e obsoletos.

No contexto deste debate, assume maior relevo as transformações que vêm ocorrendo no “mundo do trabalho”, à medida que têm sido diagnosticadas com radicalidade, tanto no que se refere às conclusões sobre o esgotamento de algumas das principais formas históricas que o trabalho assumiu na sociedade capitalista - o trabalho assalariado, por exemplo - quanto às proposições sobre as novas modalidades de trabalho, de emprego, de trabalhadores e de sindicatos que emergem nesta passagem para o século XXI.

A rapidez e a pressa de formulações conclusivas e muitas vezes definitivas das transformações históricas do século XX se, por um lado, expressam a necessidade de novas formulações a partir de novas realidades, por outro, indicam também uma incessante procura por “inovações”, que têm levado quase invariavelmente, e muitas vezes de forma leviana, ao abandono ou o descarte de **algumas** das “clássicas” teorias das ciências sociais e da sociologia, em particular. A meu ver, não se trata de reverenciar o(s) clássico(s) da sociologia de forma principista e doutrinária, nem de excluí-los do referencial teórico, mas sim de colocá-los no seu devido lugar no contexto histórico atual, à medida que eles - os clássicos - continuam a alimentar em grande parte as teorias sociológicas contemporâneas. É, portanto, com esta referência de caráter mais geral que situo as minhas reflexões.

### **SOCIEDADE GLOBAL: UMA NOVA SOCIEDADE QUE NASCE SOBRE O FIM DA SOCIEDADE CAPITALISTA?**

É no interior deste debate que o tema e o termo “globalização” adquirem importância e centralidade. Os conteúdos e significados da globalização são diversos; mas é possível afirmar que é sob o ângulo da economia que se situa a grande maioria das análises atuais. No entanto, embora seja de fundamental importância discutir as transformações econômicas que se desenvolvem mundialmente, é indispensável e decisivo buscar compreender o sentido sócio-político da globalização.

Isto porque a globalização é um processo que envolve multidimensões, sintetizando uma realidade histórica que expressa, de forma mais acentuada, uma ou outra “face” deste momento, mas, na sua essência, mantém uma imbricação indissolúvel entre os planos econômico, social, político e cultural. É isto que expressa FIORI, quando afirma:

(...) a globalização é sem dúvida uma realidade política, cultural e econômica que vai nascendo às costas dos produtores e dos governos, mas é também o resultado de decisões políticas e econômicas tomadas de forma cada vez mais concentradas por alguns oligopólios e bancos globais e alguns poucos governos nacionais. Em síntese, não se trata de um processo que derive apenas do progresso técnico ou da evolução competitiva dos mercados, como é visível em alguns de seus momentos e inflexões mais importantes. (FSP, FIORI,14/08/94)

A globalização é um “movimento” de caráter estrutural do capitalismo, numa fase em que as principais tendências - presentes desde seus primórdios - são levadas as suas últimas conseqüências e se desenvolvem no seu limite máximo. Constata-se uma radicalização dos processos de concentração e centralização de capitais (crescimento dos oligopólios; intensificação das fusões e incorporações de empresas), assim como, simultaneamente, se difundem micro, pequenas e médias empresas, com a formação de redes de subcontratação (terceirização), exemplos claros da dispersão de capitais.

No interior desse processo, destaca-se a transnacionalização de empresas, através da “interpenetração patrimonial”, entre as grandes burguesias industrial e financeira das principais economias capitalistas, resultado de uma profunda “interconexão” entre os mercados cambiais, financeiros, de títulos e valores. (COUTINHO, 1992). Simultaneamente ocorre o superdimensionamento da esfera financeira, cuja lógica vai se sobrepondo à lógica produtiva, implicando no reforço do poder dos bancos e instituições financeiras nacionais e internacionais.

A atuação das empresas e bancos “transnacionais” impõe uma nova dinâmica aos mercados, onde as transações de caráter financeiro assumem maior importância, facilitadas, em grande medida, pelo fantástico desenvolvimento das telecomunicações, com base na microeletrônica, permitindo investimentos de um lugar para qualquer outro do mundo.

Num outro nível, são também indicadores deste novo momento do capitalismo, as mudanças nas formas de gestão/organização do trabalho que permitem a constituição de “redes globais informatizadas de gestão”, com a utilização de práticas de “*sourcing* global” (COUTINHO, 1992), assim como a “globalização” (ou universalização) do “modelo japonês”.

Para alguns estudiosos do tema, a globalização estaria sendo determinada essencialmente pela “Revolução Tecnológica”. A mudança da base técnica da produção de bens e serviços, com a introdução da microeletrônica, propicia a constituição de meios de comunicação informatizados, através dos quais a realização dos investimentos acontecem quase que si-

multaneamente à tomada de decisões por parte dos capitalistas. Isto fica mais visível no mercado financeiro, onde as operações que envolvem somas vultuosas de dinheiro podem ser feitas entre regiões/países de lados opostos do planeta. Qualquer investidor pode ter - através das redes informatizadas - todas as informações sobre o movimento de todos os negócios nos principais mercados financeiros do mundo.

No entanto, se é verdadeiro que a revolução tecnocientífica tem um papel fundamental neste novo momento de globalização da economia, não se pode tomá-la como um sujeito neste processo, engrossando as teses do determinismo tecnológico. Esta “revolução” é resultado de decisões políticas e econômicas e, nesta medida, tem um conteúdo social que não pode ser ignorado. Ou seja, não se pode analisar as inovações tecnológicas, de forma independente e autônoma em relação às decisões que as criaram. Assim como não podem ser analisados os resultados e os rumos da revolução tecnológica sem que se discuta, centralmente, as relações de poder e de forças existentes em cada momento histórico, entre as principais nações do mundo e entre estas e as nações periféricas.

As teses que analisam a globalização exclusivamente sob o rótulo da competitividade, a justificam em nome do desenvolvimento e modernização - inexoráveis - da tecnologia. Processo dotado de uma linearidade e uma inevitabilidade inquestionáveis, submetido a uma visão exclusivamente objetiva da realidade - do mercado - onde estão ausentes os sujeitos sociais, ou onde se reconhece a existência de um único sujeito: a concorrência intercapitalista.

É nessa direção que FIORI aponta, quando afirma:

(...) Denunciar ‘visões conspiratórias’ contudo, não seria mais do que um novo cacoete sem importância, se não ocultasse uma dimensão central para a correta compreensão da nova ordem internacional emergente: o papel do ‘poder político’ nas transformações contemporâneas da economia mundial. Um erro analítico que, nesse caso, cumpre a função ideológica de reduzir o processo da globalização a um fenômeno material, tecnológico/produtivo, que induziria a respostas nacionais tão necessárias quanto lineares e universais. Com isto, se confunde intencionalmente a irreversibilidade da globalização econômica com a inevitabilidade de determinadas soluções, como se elas fossem independentes das vontades internas dos países e de suas coalizões governantes. (FSP, 14.8.94)

Portanto, o economicismo presente em grande parte das análises sobre a globalização obscurece elementos essenciais. Impede que se identifique seu conteúdo sócio-político. Oculta as responsabilidades sociais e políticas e acaba por “naturalizar” os fatos sociais. Uma postura metodológica e teórica que se inspira no velho positivismo, cujos fundamentos

principais continuam influenciando as mais recentes análises sobre as transformações constatadas nesse final de século.

É preciso compreender que é também indicador desses tempos de globalização, a redefinição das relações de poder entre nações e blocos e, principalmente, entre os países centrais e os periféricos, impondo uma nova forma de intervenção dos Estados nacionais, ao tempo em que se constitui um poder que se mundializa, formado pelos países mais ricos do mundo - o Grupo dos 7 - (EUA, Japão, Alemanha, França, Canadá, Inglaterra e Itália) e pelas instituições financeiras internacionais. Está em gestação um **poder global**.

Para além desses fenômenos sociais e políticos da globalização, há que se destacar, em especial, a **velocidade do tempo social** desse século XX. A rapidez com que ocorrem as mudanças, as rupturas, as inovações permitiram que E. HOBBSBAWN intitulasse acertadamente seu último livro de: Era dos Extremos - o Breve Século XX. Esse tempo social, que provoca, em décadas, transformações tão radicais na sociedade, parece contribuir para encurtar também a memória dos homens, que vão sendo levados pela força desta velocidade a uma posição cada vez mais transitória, volúvel e até mesmo invisível na sociedade contemporânea. Por isso, HOBBSBAWN escreve:

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do séc. XX. Quase todos os jovens hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (HOBBSBAWN, 1995, p.13)

Na realidade não são apenas os jovens que vivem “...no presente contínuo”, mas a imensa maioria dos homens e mulheres. O imediatismo, a ansiedade para resolver o aqui e o agora tem levado a perda de referenciais e de perspectivas mais amplas e coletivas. O rompimento dos vínculos com a história passada, o “esquecimento” do passado ou o desconhecimento da história pública implica em se deixar levar pelos curtos e rápidos momentos do presente, sem qualquer possibilidade de refletir e formular sobre e para o futuro. Daí se pode compreender melhor a proliferação dos “fins” ou as novas teorias sociais que negam a totalidade social, que valorizam exclusivamente o fragmento, a parte, o singular, o indivíduo.

Ainda de acordo com HOBBSBAWN, vive-se uma crise global, que só foi reconhecida como tal ou admitida como tal nos países capitalistas, quando

o “socialismo real” desabou. Crise essencialmente social, moral e política. Há uma crise de todas as formas de organização da sociedade. Há uma crise do Estado e das instituições de poder. Há uma crise de valores. Portanto, não se trata do esgotamento de um regime político ou de um sistema social erguido nos países do Leste Europeu, mas sim da sociedade capitalista na sua globalidade.

Se resgatarmos algumas das formulações da sociologia clássica, é possível identificar alguns elementos essenciais dessa crise global, no âmbito das próprias análises acerca da globalização. Trata-se de uma era em que a racionalidade da sociedade moderna é levada ao seu limite máximo. A subordinação dos homens - essencialmente econômica e técnica - à racionalidade do mercado, das mercadorias, dos custos e benefícios, vai naturalizando os fatos sociais e as relações que os homens estabelecem com a natureza e os próprios homens.

Evidencia-se intensamente o que MARX denominou de *fetichismo da mercadoria* - as relações sociais aparecem como entre as coisas e não entre os homens. A relação se dá entre os produtos através do mercado. O trabalho humano que produz a mercadoria não aparece. É como se as mercadorias adquirissem vida própria. É a sujeição dos homens aos objetos/produtos de sua criação. Há uma naturalização da explicação das relações sociais capitalistas, que escondem e obscurecem as reais formas históricas que elas assumem nesta sociedade. Ou ao que WEBER compreendeu como uma *racionalização típica da civilização ocidental*, enquanto intelectualização progressiva da vida, que produz uma confiança desmedida na razão do homem e em sua criação e na *impessoalidade*, como elemento essencial das relações sociais.

É o que sintetiza IANNI (1995) quando afirma:

... o processo de racionalização passa a submeter o indivíduo, singular e coletivamente, aos produtos de sua criatividade. De produto, meio ou instrumento, a tecnologia transforma-se em finalidade, objetivo por excelência, numa surpreendente inversão de meios e fins. Essa é a metamorfose provocada pela racionalização que configura um estágio avançado do desenvolvimento do mundo, quando de repente o indivíduo e a coletividade se vêem encerrados na gaiola de ferro que construíram, na qual não deixaram porta nem janela, no empenho de levar a racionalização ao extremo da perfeição”.(IANNI, 1995, p.131-132)

No plano social e político, o mundo fica cada vez mais parecido e ao mesmo tempo mais desigual. Vive-se hoje a globalização do desemprego, da exclusão social, do empobrecimento, da precarização das condições de

vida e de trabalho. Problemas típicos dos países do 3º Mundo até há apenas algumas décadas atrás e que se tornam centrais nos países desenvolvidos. De acordo com o Relatório da OIT “O Emprego no mundo”, publicado em 1996, há um bilhão de desempregados e subempregados atualmente, o que corresponde a 30% da força de trabalho mundial. Ao mesmo tempo em que se observa um processo de concentração de propriedade, de renda e de poder jamais vistos. Intensifica-se a subordinação dos países periféricos aos centrais e, em particular, aos interesses defendidos pelas instituições financeiras internacionais.

### A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A reestruturação produtiva, iniciada nos anos 70 nos países centrais, é uma resposta a um determinado padrão de desenvolvimento capitalista que entrou em crise: o fordismo<sup>1</sup>. Situa-se no quadro de redefinição da hegemonia econômica dos EUA em relação ao Japão e Alemanha. E é também parte da redefinição do quadro político internacional, marcado pela crescente fragilidade e crise dos regimes socialistas do leste europeu, que tem seu ponto culminante no final dos anos 80, com a queda do muro de Berlim.

Assim como a globalização, a reestruturação produtiva é um movimento de caráter estrutural que ocorre no plano da produção e do trabalho e realiza transformações indispensáveis a esta fase histórica do capitalismo.

No âmbito industrial, constitui-se enquanto processo de reorganização e reconversão dos vários setores, com grandes investimentos na indústria de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações,...); reconversão em setores dinâmicos (automobilística, máquinas e equipamentos e petroquímica); declínio de setores tradicionais (siderurgia, têxteis, etc.) e privatização de setores estratégicos (energia, petróleo, etc.).

---

<sup>1</sup> Compreende-se fordismo, tomando-se como referência as formulações de Gramsci em “Americanismo e Fordismo”, onde afirma que a organização fordista do processo de trabalho transcende o chão da fábrica, constituindo um modo de vida. Trata-se de garantir formas de produção e de reprodução da força de trabalho que viabilizem, através da racionalização “... um novo tipo humano conforme ao novo tipo de trabalho e de produção”. E, mais recentemente, a elaboração de alguns autores franceses da chamada “Escola da Regulação” (Boyer, Aglietta, Lipietz, e outros), onde o fordismo é compreendido como um padrão de acumulação capitalista, sustentado na produção em massa - tendo como maior símbolo a indústria automobilística -, no consumo de massa, no pleno emprego e no Estado de bem-estar-social. Nascido da indústria de Ford, nos EUA, na primeira década deste século, difundiu-se e ampliou-se como proposta de gestão estatal no pós-guerra, representada pelo “*welfare state*”. Para alguns desses autores (Coriat), o *locus* privilegiado de análise é o processo de trabalho e, desta forma, o fordismo é analisado centralmente como prática de gestão da produção e do trabalho, como o taylorismo, e como prática também imposta pela automação, com a introdução da esteira rolante.

No plano mais geral da atividade econômica, se consubstancia na introdução de novos padrões de gestão/organização do trabalho e da produção, através da generalização do Modelo Japonês (a exemplo da Qualidade total e Terceirização) e da implementação de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatização).

É parte da reestruturação produtiva, uma “nova” política de relações entre os sindicatos de trabalhadores e o patronato que, em geral, visa enfraquecer a representação sindical e coletiva em benefício de negociações individuais e direta com os trabalhadores, a exemplo do sindicato-empresa no Japão<sup>2</sup>.

Dentre os seus objetivos principais, como a redução de custos, produtividade e competitividade, destaca-se a *flexibilização do trabalho*, em suas mais variadas formas, enquanto base de sustentação e ajuste às novas exigências do mercado. É condição essencial dessa flexibilização, a neutralização dos conflitos capital/trabalho, onde a busca por hegemonia no interior da empresa no sentido de conquistar a adesão dos trabalhadores e de seus sindicatos aos seus planos/objetivos/metaspolíticas, assume centralidade. Isto se torna visível, dentre outras formas, através do discurso patronal acerca da negociação e da parceria com os trabalhadores, da valorização/motivação do trabalho e das políticas de qualificação e treinamento postas em prática em nome da Qualidade Total.

No entanto, essa busca de hegemonia combina-se com uma gestão despótica, à medida que ao lado da parceria e negociação, impõe-se a ameaça e a prática do desemprego e da terceirização, que têm implicado numa crescente precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, verifica-se um recrudescimento nas negociações coletivas, com posturas rígidas do patronato relativas à concessão de reajustes salariais e mantendo um comportamento que dificulta e, em geral, impede a organização por local de trabalho (OLT) - antiga bandeira de luta do movimento sindical - que pouco conseguiu avançar no cenário brasileiro e regional.

## **AS PRÁTICAS NEOLIBERAIS NUM CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GLOBALIZAÇÃO**

A origem do neoliberalismo data do Pós-II Guerra Mundial, como uma reação teórica e política às políticas Keynesianas e ao Estado inter-

<sup>2</sup> O sindicato-empresa no Japão é a representação sindical que foi imposta pelo “modelo japonês”, após o chamado “expurgo vermelho” no pós-guerra, onde foi desencadeada uma violenta repressão ao movimento operário e os sindicatos de trabalhadores foram destruídos. Esta forma de representação confunde-se com a instituição empresarial, identifica-se com os objetivos da empresa e se estrutura de acordo com o seu organograma e hierarquia. Desta forma não é, de fato, um sindicato de trabalhadores, mas sim, da empresa.

vencionista<sup>3</sup>. É ilustrativo dessa reação a criação da Sociedade de Mont Pelèrin, em 1947, na Suíça, chamada por FRIEDRICH HAYEK, que reuniu os inimigos do Estado de **bem-estar social** e do **New Deal**. Movimento que não obteve adesão significativa e submergiu ao desenvolvimento das políticas de conteúdo social-democrata que se tornaram hegemônicas durante a chamada “era do ouro”.

Os principais fundamentos do neoliberalismo são: nenhum limite ao funcionamento do mercado por parte do Estado, à medida que o mercado livre é garantia de liberdade econômica e política; a defesa da desigualdade como um valor positivo e imprescindível para garantir a liberdade e a concorrência; e a afirmação de que o capitalismo e a sociedade burguesa são a própria realização da natureza humana.

As idéias neoliberais começam a ganhar força nos países centrais nos anos 70, com a crise do fordismo e da social-democracia. Segundo HAYEK, as origens da crise estavam no “...*poder excessivo e nefasto dos sindicatos... e do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.*” (ANDERSON, 1995, p.10)

No entanto, o neoliberalismo só começa a conquistar a hegemonia na década de 80. Originalmente, com a aplicação de políticas neoliberais na Inglaterra, pelo governo de Margareth Thatcher e, em seguida, com Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Embora o ideário neoliberal comece a ganhar adesão no contexto da crise do fordismo na década de 70 nos países centrais, não se pode confundir-lo com o processo de reestruturação produtiva que também inicia nessa época. São movimentos de conteúdo e caráter diferentes. O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização. Esses dois últimos são movimentos de caráter estrutural, cujas mudanças são de mais longo prazo, enquanto que as políticas neoliberais têm um caráter conjuntural.

O projeto político neoliberal se tornou hegemônico, no plano mundial, quando, para além dos países centrais, determinou a redefinição das relações de dominação entre esses e os países periféricos. Processo que se completou mais efetivamente, no início da década de 90, com a formulação do “Consenso de Washington”, expressão criada pelo economista John Williamson, do Institute for International Economics (IIE), que se tornou mundialmente conhecida como a proposição da comunidade fi-

---

<sup>3</sup> O primeiro texto escrito intitulado “O Caminho da Servidão”, por Friedrich Hayek, em 1944, defende entusiasticamente a liberdade do mercado e critica ferozmente a social-democracia inglesa comparando-a ao nazismo-alemão (ANDERSON, 1995).

nanceira internacional - em especial do FMI e BIRD - para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais. Na sua essência econômica, pode ser resumido em três objetivos principais: i) estabilização da economia (corte no *déficit* público, combate à inflação), em geral, tendo por elemento central um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização das moedas nacionais; ii) “reformas estruturais” com redução do Estado, através de um programa de privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial; e iii) abertura da economia para atrair investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico. (DRUCK, 1995)

No Brasil, os ventos neoliberais já se faziam sentir desde o final dos anos 80, mas é com o governo Collor, em 1990, que as políticas começam a ser aplicadas, sendo que mais recentemente concretizam-se através do Plano Real, plano de estabilização econômica implementado por Fernando Henrique Cardoso, desde o governo Itamar Franco.

No plano mais geral e, em particular nos países europeus, as políticas de ajuste neoliberal têm atingido conquistas e direitos sociais já enraizados na sociedade, a exemplo dos benefícios próprios do Estado de bem-estar social (redução do seguro-desemprego, reformulações nos planos de aposentadorias, diminuição do atendimento à saúde na rede pública, etc). Políticas que têm encontrado resistências de amplos segmentos da sociedade, através de greves gerais/setoriais e manifestações públicas. No caso dos países periféricos, e dentre estes o Brasil, que não chegaram a constituir um Estado-de-bem-estar, além do dismantelamento das já precárias políticas públicas, busca-se a total desregulamentação do mercado de trabalho, através de mudanças nas legislações trabalhistas.

No entanto, mais importante que o seu conteúdo econômico é a essência política e ideológica do neoliberalismo, sustentada fundamentalmente no “culto ao mercado”, que ao se tornar hegemônico, consegue impregnar quase toda a sociedade, alterando os padrões de cooperação e solidariedade do tecido social. Assim, constata-se o reforço do individualismo em contraposição à ação coletiva; estimula-se a concorrência em detrimento da solidariedade social; eleva-se o mercado e as “coisas” à condição de sujeitos soberanos; difunde-se uma visão privatista da sociedade, onde busca-se a desmoralização de tudo que é público. Defende-se a inexorabilidade e a inevitabilidade dessa ordem social, política e econômica como a única possível e até mesmo como a “final da história”.

## OS REFLEXOS /IMPACTOS E A VISIBILIDADE DESSES MOVIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO

O entrelaçamento entre estes processos - globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo - se torna visível, particularmente quando se analisa as transformações no âmbito do trabalho. É neste plano que é possível identificar os pontos de interseção, bem como os alvos comuns entre os três movimentos em curso, já que o trabalho continua sendo uma categoria central na explicação da sociedade e de sua história.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que nessa época histórica, em que se aprofundam e se realizam as principais tendências do capitalismo, tem-se um movimento de globalização dos resultados mais perversos desse sistema, onde se eleva, a um nível quase insuportável, a racionalidade da sociedade moderna, como já referido anteriormente. A globalização representa as linhas mais gerais de radicalização do “homem racional e produtivo produtor de mercadorias”, formado pelas necessidades da sociedade industrial, agora na sua forma plenamente mundial, internacional e global.

É nessa época de globalização, que se criam condições objetivas e materiais, através do movimento dos capitais e da sua mundialização, sustentado no desenvolvimento científico e tecnológico, que aumenta a concentração de riqueza e a desigualdade social. Intensifica-se profundamente a fusão e incorporação de capitais.

No entanto, para além desse movimento de conteúdo econômico, é possível visualizar, hoje, a constituição de um poder político global, que se origina do grau de centralização/concentração de poder mundial nas mãos dos países mais ricos do mundo e das instituições financeiras internacionais.

No plano social, os resultados mais visíveis dessa fase histórica do capitalismo são: a globalização do desemprego, a globalização da exclusão social e a globalização de formas precárias de trabalho e de precarização da vida.

A reestruturação produtiva concretiza - no âmbito da produção e do trabalho - as necessidades da globalização. Assim, a redefinição da estrutura produtiva das economias na redivisão internacional do trabalho, as novas tecnologias de automação e os novos padrões de gestão e organização do trabalho que se universalizam, preparam e reforçam as condições objetivas para a atuação desmesurada e “sem fronteiras” do capital. Um dos principais objetivos da reestruturação é a flexibilização do trabalho, a fim de obter altos ganhos de produtividade para competir num mercado globalizado, controlado por grandes conglomerados/empresas transnacionais. Os efeitos perversos desses processos se expressam, no mundo inteiro, pelo: desemprego estrutural, precarização do trabalho e do emprego; frag-

mentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização/informalização do trabalho e precarização da ação coletiva/sindical.

Assim, se esses dois movimentos estruturais - a globalização e a reestruturação produtiva - estabelecem as condições materiais e objetivas dessa fase do capitalismo neste final de século, o neoliberalismo oferece as condições subjetivas necessárias para realizar de forma plena o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos. O conteúdo ideológico do ideário neoliberal contribui para o desmantelamento do movimento social, da solidariedade, da ação coletiva. Enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando o individualismo e a divisão/concorrência entre os mesmos. E isto é possível porque existe uma base real - construída pelas transformações na organização/gestão do trabalho postas pelas reestruturação produtiva - que desemprega, precariza, exclui e deixa os trabalhadores expostos à selvageria do mercado de trabalho, cada vez mais desregulamentado e "livre".

### **A CRISE GLOBAL E NACIONAL DOS SINDICATOS**

A crise dos sindicatos é hoje, também, um fenômeno de dimensão global, mesmo que tenha se iniciado em períodos diferentes, revelando as especificidades históricas de cada país e/ou região. Para os países centrais, em particular na Europa, ela é desencadeada nos anos 80, enquanto que no Brasil, essa década foi de grandes mobilizações sociais e de avanço na organização sindical e política dos trabalhadores. A crise dos sindicatos no país inicia-se nos anos 90.

Embora a cronologia da crise do movimento sindical seja diferente, é possível constatar que ela tem uma origem comum no âmbito da produção e do trabalho, qual seja, ela é também resultado da crise de um padrão de organização/gestão do trabalho fordista e dos resultados da implementação de novas políticas de gestão inspiradas no "modelo japonês", juntamente com a adoção de novas tecnologias (automação e informatização), elementos essenciais da reestruturação produtiva em curso, mundialmente. Essas transformações se aprofundam num cenário de hegemonia do neoliberalismo, o que lhes garante uma força maior, à medida que ambos levam a uma desestruturação da ação coletiva e, em especial, dos sindicatos, enquanto órgãos de luta e mobilização de massa.

Assim, a fragmentação e o desmantelamento dos coletivos de trabalhadores, que colocam em xeque a unidade fabril ou a cultura fabril, desencadeia um processo de individualização dos trabalhadores, levando a uma crescente perda de identidade coletiva e de classe. Isto se torna mais visível

com a difusão da terceirização ou subcontratação para todos os tipos de trabalho, juntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho. A classe trabalhadora muda a sua “forma de ser” (ANTUNES, 1995), constituída por segmentos e fragmentos de trabalhadores, que possuem estatutos diferentes: i) os de “primeira categoria”, formados pelos ainda contratados diretamente pelas empresas, que são cada vez mais minoritários, são aqueles que ainda tem um contrato de trabalho, carteira assinada, benefícios e cobertura social, mesmo que numa condição de diminuição de todos esses direitos; ii) os de “segunda categoria”- os subcontratados/terceirizados -, em geral precarizados, sem benefícios, sem direitos sociais, com salários mais baixos, menos qualificados, contratados por tempo determinado ou por empreita; iii) os “conta própria”, trabalhadores individuais, autônomos, que vivem na “solidão do mercado”.

Num outro plano mais geral, a crise global dos sindicatos se insere na crise ideológico-política da perspectiva de uma sociedade alternativa ao capitalismo, com o enfraquecimento da possibilidade do socialismo resultante da queda dos regimes socialistas da Europa do leste e da hegemonia neoliberal.

No que se refere ao conteúdo da crise dos sindicatos, destaca-se, primeiramente, que no interior do processo de radicalização das tendências do capitalismo globalizado/mundializado, os sindicatos são pressionados a cumprirem seu papel enquanto instituição da ordem capitalista, reforçando a sua atuação nos limites dessa ordem. Isto porque, a cultura sindical que se modifica está inscrita num contexto político extremamente desfavorável à classe trabalhadora em escala mundial. Vive-se um final de século em que a ideologia capitalista sai fortalecida, com vitórias importantes, expressas na efetiva implantação das políticas neoliberais. Um momento histórico em que as utopias socialistas se tornaram muito longínquas para alguns ou até mesmo inalcançáveis para outros.

A intensificação e o desenvolvimento, ao limite máximo, da ação dos sindicatos dentro da ordem capitalista é produto das condições objetivas e subjetivas, determinadas tanto pelos novos padrões de gestão e organização do trabalho e pelas estratégias empresariais, na busca da superação da crise fordista - quanto pela forte iniciativa que a classe dominante detém, neste final de século e, ainda, pela posição efetiva em que se encontram as direções sindicais e políticas dos trabalhadores na atualidade, cuja tendência maior tem sido a de se “recolher”, redefinindo suas perspectivas e orientando-as, em geral, para a busca de soluções negociadas e sem rupturas com a ordem capitalista.

Parece ser este o momento pelo qual atravessam os sindicatos e que é identificado, por ANTUNES (1995), como uma crise contemporânea do sindicalismo. No caso do Brasil, esta crise questiona a capacidade de mobi-

lização e organização dos sindicatos. Eles vão perdendo o potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores. Vão mudando suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e face às pressões sofridas para aderirem, cada vez mais, à ordem.

Observa-se, assim, um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas que tenham um conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontem um caminho independente para a classe trabalhadora. Nesta medida, os sindicatos se transformam num fim em si mesmos, e como tal, atuam, cada vez mais, dentro da legalidade do capital. Assim, deixam de ser um meio para constituir uma legalidade própria da classe trabalhadora, que reconstitua a sua identidade, e que contribua efetivamente na construção de um projeto político alternativo à hegemonia neoliberal.

No caso brasileiro, a fragmentação da classe e a individualização dos trabalhadores reforçam o conteúdo corporativo dos sindicatos, agora renovado sob um “neocorporativismo” sustentado na separação entre os de “primeira categoria” (os contratados) e os de “segunda categoria” (os subcontratados), entre os com emprego e os sem emprego; e entre os “formais” e os “informais”.

Assim, enquanto o capital se globaliza, enquanto as empresas se transnacionalizam, enquanto o patronato se articula com práticas internacionais, enquanto se constitui um poder global formado pelos mais ricos do mundo, os trabalhadores se fragmentam, se setorializam, se particularizam, tornando-se cada vez menos nacionais e muito menos internacionais. É nesse movimento que os sindicatos se enfraquecem, vêem as suas bases de representação serem pulverizadas em distintas categorias, concorrem entre si e disputam os associados - como é o caso de sindicatos de trabalhadores contratados e subcontratados - reduzindo drasticamente seu potencial de mobilização e de unidade. Este é o cenário do movimento sindical nos anos 90, no Brasil.

Neste processo de despolitização dos sindicatos, assume lugar central a falta de um projeto político que dê alguma direção, algum norte mais amplo ao movimento sindical, e que possa fazer frente ao neoliberalismo. A ausência desse projeto mais global leva a uma atuação imediatista, ligada somente ao presente, que não se referencia no passado social, mesmo o mais próximo. Pior do que isso, o que se constata é uma postura apologética do “novo” e do “moderno”, onde tudo que é do passado, é “antigo”, é “ultrapassado”, é “inútil”. Descarta-se rápida e facilmente determinadas práticas políticas em nome de novas formas de atuação que, muitas vezes, sequer foram elaboradas.

Assim, se nos anos 80 o movimento sindical brasileiro tinha uma perspectiva política mais ampla e as mobilizações dos trabalhadores iam além das reivindicações particulares de cada categoria profissional, na década atual essa perspectiva parece estar ausente. Confundem-se táticas com estratégias. E, na falta de um projeto político, as proposições deslizam de um extremo a outro, a exemplo da contraposição do “sindicalismo de confronto” ao “sindicalismo propositivo e de negociação”. Não se trata de definir ou escolher como modelo de atuação sindical um ou outro. Quando se tem um programa político claro para a classe trabalhadora, os sindicatos sabem definir quando negociar e quando se confrontar com o patronato. São táticas que não são excludentes, mesmo porque o sindicalismo “propositivo” não está associado exclusivamente à negociação. Sua característica principal deve ser a capacidade de apresentar propostas frente à atuação do patronato e do Estado, numa perspectiva classista, e construindo, por essa via, uma “legalidade” própria, sustentada, efetivamente, no movimento do conjunto dos trabalhadores.

Ademais, adotar novas formas de atuação, uma nova política, novas práticas sindicais e partidárias decorrentes deste novo momento - globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo - não significa o abandono das práticas experimentadas e testadas em anos e até séculos de luta social no passado. Não se pode fazer a história de forma a descartar-se rapidamente de experiências e formas de luta que ainda podem responder a velhos e novos problemas.

Além desse conteúdo de caráter mais geral da crise dos sindicatos, é preciso acrescentar que a grande maioria dos dirigentes sindicais brasileiros têm uma forte tendência a se referenciar na experiência internacional, em especial européia, considerando-a como um modelo de atuação sindical. Ora, os sindicatos europeus estão em crise desde os anos 80. E também mudaram as suas práticas políticas. Será que não é possível perceber que a experiência internacional do sindicalismo exclusivamente de negociação e participação tem demonstrado a sua incapacidade de barrar o desemprego e o curso da reestruturação produtiva? O patronato - de lá e daqui - não tem respeitado as negociações realizadas com as centrais sindicais em vários países (fundamentalmente em relação às demissões em massa), o que tem levado ao rompimento dos pactos e acordos firmados, questionando o sindicalismo de negociação, enquanto um “novo modelo”.

No entanto, é importante que se compreenda que a crise dos sindicatos é parte de uma crise maior, uma crise global: política, ideológica, moral, cultural, econômica e social. Uma crise do sistema capitalista, que chega no limiar do século XXI demonstrando toda a sua incapacidade de resolver problemas históricos elementares da humanidade, vivendo um paradoxo: enquanto o progresso técnico e científico, as novas políticas de

gestão/organização do trabalho e da produção têm implicado em vultuosos ganhos de produtividade, de capital, de patrimônio para muito poucos, recriam-se determinadas condições que eram características do quadro social no século XVIII, na “primeira revolução industrial”: o recurso ao trabalho infantil e de mulheres (pagando menores salários e exigindo mais trabalho), a intensificação das jornadas de trabalho, as condições precárias de trabalho e principalmente de saúde, o emprego sem cobertura social, sem carteira, temporário, etc. e até mesmo o trabalho escravo.

### SERÁ ESSE O “FIM DA HISTÓRIA” E O “FIM DOS SINDICATOS” ?

#### ALGUMAS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Em primeiro lugar, é importante precisar que a crise dos sindicatos é resultado da confluência dos três movimentos em curso, tratados anteriormente - a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. A interseção desses movimentos e seus alvos comuns passam pelo desmantelamento da ação coletiva, dos movimentos sociais e em especial, do movimento sindical, enquanto fonte de resistência operária. Isso porque os sindicatos estão associados à representação de classe, enquanto organismos de luta unitária dos trabalhadores. Quando essa classe vai mudando a sua forma de ser, fragmentando-se, diferenciando-se, segmentando-se e individualizando-se, também a sua representação é colocada em questão. Afinal, que tipo de sindicato deve representar apenas os empregados “estáveis”? Que sindicatos podem representar os subcontratados ou temporários? Que sindicatos podem representar os trabalhadores autônomos? E a massa de desempregados não tem direito a uma representação sindical?

As respostas a essas questões podem indicar algumas tendências e perspectivas. Inicialmente, é preciso destacar que as dificuldades políticas que a sociedade brasileira atravessa são decorrentes essencialmente de uma *epidemia* da **inevitabilidade** e da **inexorabilidade**, que tem levado a uma constante adaptação e adequação à ordem vigente.

As principais tendências e realizações da globalização são uma realidade, mas não são definitivas. Trata-se de um momento histórico. A globalização **não é um sujeito**, é resultado de ações e práticas econômicas e políticas em nome de interesses de grupos e classes sociais muito bem definidos. Não se pode, portanto, tomá-la como único referencial, é historicamente possível construir uma outra perspectiva de sociedade. Recuperar a história enquanto processo e movimento realizado pelos homens, pode indicar que não há uma única saída, já que não está se vivendo “o fim da história”.

A crítica a esta visão do “inexorável” também é válida para a compreensão da dinâmica do processo de reestruturação produtiva. Grande parte dos sindicatos estão numa postura completamente defensiva diante do desemprego causado por estas transformações. Definem sua atuação, mudam suas táticas e bandeiras de luta de acordo com as demandas ou exigências da própria reestruturação. Estão prisioneiros dela, à medida que acreditam na sua inevitabilidade.

No entanto, quando se examina o discurso dos sindicatos com relação ao neoliberalismo, percebe-se a sua forte oposição ao ideário neoliberal. É como se no plano exclusivamente da luta ideológica, os sindicatos tivessem clareza de suas posturas e de suas convicções políticas. Mas no plano da materialidade social e política das transformações em curso no âmbito do trabalho, não houvesse uma clara compreensão de suas implicações ou de como enfrentá-las.

Assim, é possível identificar uma dificuldade real dos sindicatos em compreender o entrelaçamento e a interdependência entre globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo. Dificuldade que se explica pela ausência de uma perspectiva mais nacional e global do atual momento histórico, consubstanciada num projeto político alternativo. Não há clareza, nem muito menos convicção das possibilidades de construir-se uma alternativa, não há visibilidade histórica e, portanto, a hegemonia das classes dominantes, toma a aparência de fato definitivo, deixando de ser produto de relações de forças, de disputas políticas e de contradições que são essencialmente históricas.

Neste sentido, é preciso atentar para alguns acontecimentos que já sinalizam um novo momento, indicando mudanças nessas relações de forças e na hegemonia neoliberal. É o caso, por exemplo, de algumas mobilizações sociais que buscam reagir às investidas contra direitos sociais e trabalhistas. É nesta perspectiva que os trabalhadores do setor público na França realizaram a greve de dezembro de 95, que unificou os grevistas, os estudantes e o conjunto da população que lhes deu apoio, obrigando a imprensa a reorientar o seu discurso inicial que criticava os grevistas como corporativistas. Assim, depois de 40 dias de greve, observou-se um recuo do governo em suas propostas de retirada de direitos sociais, com as reformas do Estado-de-bem-estar.

É também nesta direção que os trabalhadores da Coreia do Sul - um dos Tigres Asiáticos - mobilizaram-se, realizando uma greve de mais de 30 dias neste ano, com manifestações públicas quase diárias contra a lei que votaria a desregulamentação do mercado de trabalho (fim dos contratos por tempo determinado).

É nesta perspectiva que apontam, também, os trabalhadores da Argentina, quando realizam greves gerais e manifestações públicas contra o desemprego e o plano de estabilização de Ménen.

No caso brasileiro, também essa tendência começa a se expressar. Mais recentemente com a Marcha dos Sem Terra à Brasília - Marcha pela Reforma Agrária, contra o Desemprego e por Justiça -, cuja chegada reuniu milhares de pessoas dos mais diversos segmentos sociais, com a participação organizada de inúmeros sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos e outros movimentos sociais, constituindo-se na maior manifestação unitária desde os atos pró-*impeachment* de Collor.

Além desses movimentos, são também expressivas de um novo momento, as declarações de personalidades públicas de reconhecimento internacional que apontam para o esgotamento do neoliberalismo, seus limites e, principalmente, os graves problemas sociais gerados por um modelo de “crescimento econômico sem emprego”.

Os documentos da Organização Internacional do Trabalho - OIT - avançam nesta direção, quando criticam as teses que defendem que estamos entrando numa era de “crescimento sem emprego”: “...quase não há provas empíricas que corroborem a idéia de que a mundialização, as mudanças tecnológicas ou a redução de pessoal nas empresas anunciam o advento de um período de crescimento sem criação de emprego, ou o fim do trabalho, com as características que se conhecem até agora. Além disso, a OIT sustenta que “...o conceito de pleno emprego, convenientemente atualizado, deveria seguir sendo um objetivo central das políticas econômicas e sociais.” E “...que só um compromisso internacional renovado de trabalhar pelo pleno emprego permitirá terminar com a pobreza, o desemprego e o subemprego tão difundidos em todo o planeta.”

No que se refere à globalização (ou mundialização), a OIT enfatiza que: “...não se trata de uma força supra-nacional esmagadora..” e que “as políticas nacionais nas esferas macroeconômicas, estrutural e do mercado de trabalho exercem uma influência predominante nos resultados econômicos e na evolução dos mercados de trabalho de todos os países (...) as políticas nacionais podem e devem dar prioridade à atenuação dos efeitos sociais negativos da mundialização”. (OIT, Informes para Imprensa, 1996)

As perspectivas apresentadas não sinalizam apenas os limites e impasses do neoliberalismo, mas apontam para saídas que passam, em primeiro lugar, pela ruptura com a visão da inevitabilidade da globalização, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, e, em seguida supõe um resgate dos sujeitos sociais e das mobilizações sociais, à medida que não há saídas individuais. Por fim, para além do imediatismo das ações há que se compreender a história como produto da ação dos homens e não das “coisas”.

Portanto, não chegamos ao fim da história, nem ao fim da ciência, nem ao fim do trabalho, nem ao fim das classes trabalhadoras e nem ao fim dos sindicatos. Mesmo porque, segundo HOBBSAWN: "... *A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história*". (HOBBSAWN, 1995, p.16)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P.

1995 Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org.) **Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.

ANTUNES, R.

1995 **Adeus ao trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, R.

1995 **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes.

BORGES, A.

1993 Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 3, n.3, p. 76-87, dez.

BORGES, A. e DRUCK, M.G.

1993 Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n.19, p. 22-43, jul/dez.

COUTINHO, L.

1993 Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança, **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n.1, p.69-87, ago.

DRUCK, M.G

1995 **Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. Campinas, 275p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

FIORI, J. L.

1994 As palavras e as coisas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. Cad. 6, p. 3.

HOBBSAWN, E.

1995 **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 598p.

IANNI, O.

1992 **Sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, O

1995 **Teorias da globalização**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 228p.

OIT

1996 **Organizacion Internacional del Trabajo 1996** - Informes de Prensa, 26.11.96.